



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Veículo: CORREIO DE SERGIPE
Identificação: CORREIO URBANO A5 GERAL
Data: 23/11/2012

MPE discute medidas para os veículos de tração animal

Acácia Mérci
acaciameirci@correiodesergipe.com



“Excessivo peso das carroças prejudica os animais”

Luiz Carlos da Silva |
Presidente do Consec

O licenciamento e a fiscalização dos condutores de transporte de tração animal, e os maus tratos com os animais foram temas em destaque na Promotoria de Meio Ambiente do Ministério Público Estadual (MPE), em uma audiência realizada na manhã de ontem, 22, com a presença de representantes da Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito (SMTT), Polícia Ambiental e associações de moradores. A reunião foi de esclarecimento e, segundo a promotora Adriana Oliveira, em breve será realizada outra com a parceria da Promotoria de Relevância Pública para investigar o quantitativo de condutores em Aracaju.

“Recebemos muitas denúncias e reclamações da população que percebe uma grande quantidade desse tipo de transporte na capital e o eventual destrato dos condutores com os animais. Isso não é permitido e não pode. Abrimos um procedimento que trata dos eventuais maus tratos nesse tipo de transporte e é nossa preocupação. Vislumbramos a possibilidade da participação da Promotoria de Relevância Pública para entrarmos em conjunto, juntamente com outros órgãos, para que possamos fazer um estudo detalhado sobre o trânsito e o tratamento com os animais. Vamos acionar os órgãos públicos para que possamos também desenvolver ações educativas”, esclarece.

A construção de ecopontos e currais comunitários para a colocação dos animais que sofrem maus tratos também foi abordado na audiência. Para o presidente do Conselho de Segurança Comunitária do Bairro América e Novo Paraíso (Consec), Luiz Carlos da Silva, só no Bairro América, em Aracaju, possuem cerca de 1 mil carroceiros. Uns são registrados e outros, não.

“Detectamos diversas irregularidades e é nosso dever levar ao conhecimento público para que medidas sejam tomadas. O excessivo peso das carroças e a violência contra os cavalos nos alarmam. Chegam ao ponto de alguns animais não aguentarem o peso, sofrerem com os proprietários que batem, machucam e vão até o extremo. Denunciamos também

o despejo irregular dos dejetos das carroças em lugares públicos. Muitos carroceiros precisam, de fato, trabalhar. Outros vivem aleatórios, sem controle”, pontua.

O diretor de Trânsito da SMTT, major Paulo Paiva, explicou que após a Lei Municipal aprovada no final de 2007 e que entrou em vigor em 2008, que determina a Disciplina às normas de tráfego, registro dos condutores e dos veículos de tração animal, a SMTT registrou, licenciou e emplacou aproximadamente 1 mil veículos entre carroças e charretes em Aracaju. Porém não foi possível dar continuidade na fiscalização.

“Fizemos um treinamento das pessoas maiores de idade que conduzem esses veículos de tração animal e emitimos autorizações especiais para a condução. Entretanto, esbarramos na dificuldade após detectar que esse tipo de veículo é proeminente e executado nas áreas mais periféricas da grande Aracaju, saindo totalmente da circunscrição da nossa cidade, onde a lei exige. Nos municípios de Barra dos Coqueiros, São Cristóvão e Nossa Senhora do Socorro, que não têm legislação semelhante, nos dificulta a colocação em prática para a fiscalização das carroças”, justifica, esclarecendo ainda que a lei foge da realidade.

“A lei é abrangente e muito distante da realidade atual. Exige a atuação coordenada de várias estruturas municipais e estaduais para a colocação em prática. Ainda não nos permitimos iniciar a fiscalização mais rigorosa por considerarmos uma parte social mais importante na lei para ser colocada em prática para que depois entre a cobrança. Não poderíamos sob pena de ser incoerentes e injustos, sem antes o acolhimento e o apoio”, pontua.